



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**

**ANEXO II
PROJETO BÁSICO**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para manutenção e adequação de ondulações transversais e baias, correção do pavimento e reparos na geometria das vias e nas redes de águas pluviais do Município de São Gonçalo/RJ

- 1 - DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 2 - DIRETRIZES BÁSICAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
- 3 - MEMORIAL DESCRITIVO DE MÉTODOS CONSTRUTIVOS**
- 4 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

1 DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 INTRODUÇÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES da Prefeitura de São Gonçalo tem como uma de suas prioridades, garantir o deslocamento e a acessibilidade através do sistema viário da cidade de forma rápida, segura e eficiente, tendo como fator preponderante a qualidade de vida e do meio-ambiente.

Para tanto, com o objetivo de proporcionar segurança e fluidez à circulação de veículos e pedestres, precisa dotar a cidade de vias bem pavimentadas e sinalizadas, com a implantação e a manutenção de estruturas para facilitar a travessia de pedestres e propiciar aos motoristas meios de se deslocar com eficiência e segurança, até mesmo nos locais destinados a embarque e desembarque de coletivos.

1.2 JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade de melhoria no sistema viário, sobretudo no tocante a segurança dos pedestres, a Secretaria de Transportes propõe a continuidade e o aperfeiçoamento da construção de estruturas que facilitem a travessias dos pedestres e proporcione maior conforto as pessoas portadoras de necessidades.

O objetivo maior deste serviço é o de educar e disciplinar o trânsito de nosso município, através da construção de travessias elevadas em pontos com grande fluxo de pedestres e em locais onde a travessias é sabidamente perigosa, por imprudência dos motoristas ou mesmo dos próprios pedestres.

Outro grande problema viário existente no Município é a reduzida caixa de circulação das vias, que obrigam os motoristas a acompanharem os coletivos por longos trechos e nas paradas para embarque e desembarque de passageiros. Neste contrato propomos a construção de baias de ônibus, onde reduzimos um pouco a largura das calçadas e abrimos espaço para os coletivos pararem com mais segurança e conforto, deixando espaço nas vias para os demais veículos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

fazerem as ultrapassagens. Com isto, além de maior fluidez no trânsito podemos garantir uma maior segurança no embarque e desembarque dos passageiros dos coletivos.

1.3 OBJETIVO

O presente Projeto Básico tem por objetivo fornecer dados e informações mínimas necessárias aos interessados em participar do certame licitatório para prestação de serviços.

A Contratação para prestação destes serviços, objeto deste Projeto Básico tem amparo legal na Lei federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

1.4 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços propostos são classificados como serviços de engenharia, pois abrangem serviços de drenagem, pavimentação, remodelamento da geometria de vias, construção de baias e travessias elevadas, além de outros relacionados a conservação e melhorias do sistema viário.

1.5 DESCRIÇÃO DO PROJETO

Os serviços propostos irão atender a demanda na solução de problemas de infraestrutura viária dos principais corredores, garantindo aos munícipes a oportunidade de uma melhor locomoção, segurança e saúde.

O objetivo maior deste serviço é o de educar e disciplinar o trânsito de nosso município, através da construção de travessias elevadas em pontos com grande fluxo de pedestres e em locais onde a travessia é sabidamente perigosa, por imprudência dos motoristas ou mesmo dos próprios pedestres.

Outro grande problema viário existente no Município é a reduzida caixa das vias, que obrigam os motoristas a acompanharem os coletivos por longos trechos e nas paradas para embarque e desembarque de passageiros. Neste contrato propomos a manutenção e a construção de baias de ônibus, onde reduzimos um pouco a largura das calçadas e abrimos espaço para os coletivos pararem com mais segurança e conforto, deixando espaço nas vias para os demais veículos fazerem as ultrapassagens. Com isto, além de maior fluidez no trânsito podemos garantir uma maior segurança no embarque e desembarque dos passageiros dos coletivos.

As ruas e avenidas do município, neste último ano, tem sofrido desgastes e inúmeras intervenções, que resultaram em um pavimento em precárias condições de circulação. Buracos, deformações isométricas e isobáricas, reparos mal executados das diversas concessionárias (Cedae, Enel, telefônicas,...) são facilmente encontrados no pavimento das principais vias de circulação do município, inclusive as de circulação dos transportes coletivos.

Para agravar esta situação, o município passou por um intenso período de chuvas, que vieram a destruir ainda mais a pavimentação. Mesmo nas principais vias muitas deformações e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

buracos foram abertos, o que provocou enormes transtornos para o trânsito de veículos, e inclusive, a interdição de alguns trechos.

Transitando pelo município podemos notar, em alguns trechos, o afundamento do pavimento. Para recuperarmos estes trechos se faz necessária a remoção da camada de asfalto, a escavação do material contaminado e a recomposição com material que reforcem o subleito, com a pedra britada n.º 3 ou pedra de mão, além de uma camada de brita corrida. Só assim teremos condições de reaplicar o novo pavimento em CBUQ.

As redes de drenagem, que direcionar as águas pluviais ao seu correto deságue, encontram-se muitas vezes obstruídas, causando assim, pontos de alagamento em dias de chuvas com alto índice pluviométrico. Assim, será necessária a intervenção, também, nas galerias de águas pluviais, seja desobstruindo com equipamentos apropriados ou até mesmo refazendo alguns trechos.

Além disso, a manutenção da pavimentação irá proporcionar uma melhor trafegabilidade dos veículos de transporte motorizados ou não, como por exemplo, carros e bicicletas. Já os passeios, irão dar acessibilidade aos cadeirantes ou pessoas com dificuldades de locomoção, pois irão ser executadas em nível uniforme e com rampas apropriadas para acesso.

Neste contrato optamos por incluir a assistência técnica de um engenheiro, pois os serviços de recuperação da pavimentação e as obras para reforma e construção das estruturas viárias exigem um profissional com experiência. Esse campo de atuação é muito vasto e as variáveis são grandes. O engenheiro de obras irá acompanhar o andamento dos serviços até a manutenção geral de vias. A atividade desse profissional é planejar, controlar e supervisionar esse trabalho. Além disso, é sua responsabilidade procurar soluções que barateiem o custo, visando não apenas a economia de materiais, mas principalmente a redução do desperdício.

Mesmo para serviços corriqueiros como tapar buracos, o engenheiro precisa fazer uma avaliação do local e dar o parecer técnico adequado. Nem todo conserto exige o mesmo procedimento, não basta somente jogar massa asfáltica no buraco. O tratamento correto dos danos no pavimento evita que estes sejam recorrentes.

As obras viárias estão atreladas a disciplinas de geotécnica, solos, drenagem, materiais, processos, controles, além de engenharia de tráfego e segurança rodoviária. O engenheiro não envolve somente o conhecimento de uma disciplina, mas a perfeita interação entre várias áreas.

1.6 DA PROPOSTA DE PREÇOS, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO

A proposta de preço deverá constar descrição do produto, as quantidades solicitadas, o valor unitário e o total, prazo para fornecimento dos produtos e será apresentada isenta de emenda, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, conforme modelo referencial de proposta de preço anexado ao edital.

O valor proposto deverá ser cotado no modo unitário e total, em moeda corrente nacional, e já incluídos todos os custos diretos e indiretos relativos ao objeto, inclusive com as despesas de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias ou outros decorrentes ou que venham a ser desenvolvidos em razão do edital, não cabendo ao Município de São Gonçalo quaisquer custos adicionais.

A proposta vencedora será a que oferecer o menor valor global, isto é, a que apresentar menor preço sobre o somatório dos itens.

Os serviços serão licitados na modalidade concorrência pública menor valor global e será executada no regime de empreitada por preço unitário, tendo sido considerado os custos relativos às composições baseadas nos insumos SCORIO, com BDI de 28,57%.

No próximo exercício financeiro, enquanto durar o contrato, o valor estimado para realização dos serviços propostos será enviado para compor a proposta da Lei Orçamentária Anual – LOA, que já é compatível o Plano Plurianual 2022-2025 de investimentos – PPA e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2022 e 2023.

O não parcelamento das obras é mais satisfatório do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade do investimento, haja vista que o gerenciamento permanece o tempo todo a cargo de um mesmo administrador, oferecendo um maior nível de controle pela Administração na execução das obras e serviços, cumprimento de cronograma e observância de prazos com a concentração da responsabilidade da construção e garantia dos resultados. Ressalta-se que em serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e final de entrega. Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.

1.7 TITULARIDADE DA ÁREA E LOCAL DAS INTERVENÇÕES

Trata-se de serviços pontuais em vias públicas, não havendo, portanto, interferências ou desapropriações necessárias à conclusão do objeto.

As principais vias de circulação do Município serão prioridade para as intervenções propostas, muito embora as vias secundárias também sofrerão intervenção quando for necessária a extensão dos serviços para uma perfeita conclusão dos sistemas implantados.

Preliminarmente os corredores que poderão sofrer intervenção são: Corredor Central Neves - Alcântara, Av. Edson (Av Humberto de Alencar Castelo Branco), Av. Maricá (Av. Jornalista Roberto Marinho), Corredor Venda da Cruz - Praça Zé Garoto, Av. Kennedy, Rua Jayme Figueiredo, Rua Fontes, Salvatori, Rua Alonso Faria, Estradas Raul Veiga, Estrada de Santa Isabel, Av. Paiva, Av. Visconde de Itaúna, Av. Abilio José de Matos, Av. Joaquim de Oliveira, Rua Carlos Gianelli, Rua Capitão Acácio, Av. 18 do Forte, Av Paula Lemos, Av. Vicente de Lima Cleto, Estrada da Conceição, Av. Abilio Imparato, Av. Lúcio Tomé Feiteira, Av. Primeiro de Maio, Av. Dr. Jurumenha, Av. Marechal Floriano Peixoto, Rua Maria Rita, Rua Cap. João Manoel, Rua Otávio Mafra, Rua Paul Leroux, Rua Aloisio Neiva, Rua Cel. Rodrigues, Rua Guilherme dos Santos Andrade, Rua Laureano Rosa, Av. São Miguel, Av. José Mendonça de Campos, Av. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Estrada de São Pedro, Estrada Almirante Penna



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Boto, Av. Manoel João Gonçalves, Av. Jovelino de Oliveira Viana, Av. Mentor Couto, Av. Walmir dos Santos, Av. Aragão, Estrada do Zumbi, Estrada do Coelho, Av. Porto do Rosa, Av. Santa Luzia, Rua Casemiro de Abreu, Rua Manoel Serrão, Rua Oscar Lourenço, Estrada de Ipiiba, Rua Francisco Barbeiro, Estrada da Covanca, Av. São Paulo, Rua Verissimo de Souza, Av. Gov. Macedo Soares, Rua Nestor Pinto Alves, Estrada das Palmeiras, Av. Flavio Monteiro de Barros, Rua Andrade Vilela, Estrada de Itaúna e Estrada da Trindade.

1.8 OBRAS DE RETAGUARDA

Para a execução dos serviços previstos, não haverá necessidade de ligações provisórias e autorização das concessionárias para estudo de carga e atendimento pelas mesmas. Poderá ser necessário pedido de remanejamento da rede pela ENEL, CEG e/ou AGUÁS DO RIO. O custo para esses remanejamentos correrão por conta da contratante.

1.9 CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a participação de empresas em Consórcio uma vez que a execução do objeto por mais de uma empresa prejudicaria não só o controle da qualidade dos produtos ofertados, bem como a compatibilidade entre eles, a dinâmica na execução dos serviços e a fiscalização sobre os mesmo.

Pelos mesmo motivos é vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do certame.

1.10 FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização do contrato será exercida por servidor designado pelo Secretário Municipal de Transportes.

Todos os serviços executados seguirão rigorosamente este projeto básico, especificações e planilhas orçamentárias - não podendo ser inserida qualquer modificação sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá plena autoridade para suspender por meios amigáveis ou não, os serviços, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente por motivos técnicos, de segurança, disciplinares ou outros. Neste caso, os serviços só poderão ser reiniciados por nova ordem da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA deverá aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação, controle, ensaio e medição adotados pela FISCALIZAÇÃO em todo e qualquer serviço e operação.

Quando, por necessidade do serviço, a FISCALIZAÇÃO julgar imperioso aumentar o expediente diurno além de 8 horas, este poderá ser ampliado, devendo a CONTRATADA fixar os novos horários de trabalho com seus respectivos intervalos e o número de turnos de pessoal, correndo por conta exclusiva da CONTRATADA os ônus, acréscimos de despesas ou eventuais prejuízos disso decorrente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Os trabalhos que forem rejeitados pela FISCALIZAÇÃO deverão ser refeitos pela CONTRATADA sem ônus para a PMSG. Qualquer trabalho, além do especificado no Contrato, executado pela CONTRATADA sem autorização da FISCALIZAÇÃO, não será pago pela PMSG.

Ficam reservados à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou não previstos no Contrato e em tudo o mais que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar direta ou indiretamente, com os serviços em questão. Em caso de dúvida, a FISCALIZAÇÃO submeterá o assunto à instância superior.

A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne às obras e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o Contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

Para garantia da qualidade dos materiais a serem empregados nos serviços prevê-se acompanhamento “in loco” pela FISCALIZAÇÃO durante o processo de produção do material adquirido. Este profissional terá total poder para efetuar paralisação dos serviços, coletar e recusar materiais, de forma a cumprir todas as exigências do contrato.

A CONTRATADA deverá permanentemente prover dos meios, à disposição da FISCALIZAÇÃO, necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados, bem como a inspeção dos materiais e dos equipamentos, independentemente das inspeções e medições para efeito de faturamento e, ainda, independentemente do estado dos serviços e do local de trabalho.

A CONTRATADA deverá informar à FISCALIZAÇÃO, por escrito, quaisquer condições significativamente diferentes das indicadas nos projetos ou que possam vir a alterar os prazos executivos, quantidade e qualidade dos serviços e obras controlados, antes que tais condições sejam alteradas.

A FISCALIZAÇÃO poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela CONTRATADA providências suplementares necessárias à segurança e ao bom andamento dos serviços.

De acordo com as necessidades da FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá facilitar as atividades de outros empreiteiros que venham a prestar serviços no local das intervenções.

A FISCALIZAÇÃO registrará em Diário de Obra (folhas numeradas e em três vias) as ordens, reclamações, advertências e indicações técnicas, das quais a CONTRATADA se obriga a cumprir, independentemente de qualquer comunicação oficial.

As medições serão mensais e o faturamento proporcional ao serviço executado, devendo ser apresentadas Notas de Serviço, materiais e equipamentos devidamente atestados pela FISCALIZAÇÃO.

1.11 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela CONTRATADA, o Município aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93:

Advertência escrita;

Multa;

Suspensão temporária;

Declaração de inidoneidade;

Advertência por escrito, quando a CONTRATADA infringir obrigações ajustadas no CONTRATO e for a primeira falta. Neste caso, será concedido, formalmente, pela Fiscalização, prazo à CONTRATADA para sanar as irregularidades.

Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato: A Comissão ou servidor especialmente designado serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato administrativo, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

A multa a que se referem os artigos 86 e 87, II, da Lei nº 8.666/93, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

Por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;

Por inexecução total ou parcial;

No caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;

No caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa:

Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.

Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a CONTRATADA sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

As multas serão recolhidas em favor da CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à CONTRATADA, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, constante da alínea f, inciso I, do art.109, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua não aplicabilidade por ato formal da Secretaria Gestora do contrato.

Se os valores das multas referidas nas cláusulas anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela CONTRATADA, no prazo estipulado na cláusula 5.3.7., será promovido o desconto do valor devido. Primeiramente, executando-se a garantia (se houver) e, se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração Pública direta ou indireta.

Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pela Comissão de Fiscalização, submetido obrigatoriamente à autorização da autoridade competente da Contratada.

Suspensão temporária – é a penalidade que suspende a participação em Licitação e declara o impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, por prazo não superior a 02 (dois) anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo ou a quem for delegada essa função, em despacho fundamentado e publicado.

Declaração de inidoneidade – é a declaração que impede a Empresa Licitante ou CONTRATADA de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a Licitante ou CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na cláusula anterior.

O processo de pedido de Declaração de Inidoneidade da Licitante ou CONTRATADA será encaminhado à Procuradoria Geral do Município de São Gonçalo, para apreciação, antes de a decisão ser publicada.

2 DIRETRIZES BÁSICAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão-de-obra, equipamentos e serviços especificados, estendidos também às atividades complementares à execução dos serviços mesmos.

2.1 DA VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

2.1.1) Caso a empresa licitante optar por realizar visita técnica a fim de conhecer todos os fatores que possam influir, direta ou indiretamente nos custos de execução, será emitido o respectivo atestado de visita validado pela SEMTRAN, de que a empresa tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto.

2.1.2) O Atestado de Visita será emitido pelo Secretário Municipal de Transportes ou algum servidor sob sua ordem. Para visita o Responsável Técnico da empresa licitante, deverá estar munido de Carta de Credenciamento. O agendamento da visita técnica deverá ser através do e-mail: transportes.gabinete@pmsg.rj.gov.br e poderá ser realizada até 24 horas antes da data da licitação.

2.1.3) Caso a empresa licitante não opte pela realização da visita técnica, deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições dos locais e da prestação dos serviços.

2.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

2.2.1) A empresa licitante deverá apresentar a Certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

Por tratar-se de um serviço relacionados a engenharia e urbanismo, as empresas interessadas na prestação deste serviço deverão ser registradas no CREA ou CAU para possibilitar que a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

contratante verifique se as empresas têm condições de realizar os serviços pretendidos. O registro das empresas nestes conselhos garante uma contratação mais criteriosa, com profissionais habilitados. Também agrega segurança de que os produtos e materiais que serão utilizados estão dentro das normas estabelecidas.

A Lei 5.194/66 nos artigos 7º, 59, 60, 61 e 62 e as Resoluções nº 336/89 e 417/98 do Confea estabelecem a obrigatoriedade do registro das pessoas jurídicas que executem qualquer atividade técnica na área da Engenharia, Arquitetura, Agronomia.

2.2.2) Apresentar comprovação de aptidão da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto dos serviços, através de certidão ou atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. O referido documento deverá comprovar que o licitante já realizou a quantidade de no mínimo **30%** dos serviços a seguir:

- bases e pavimentos: itens 11, 12, 18 da planilha;
- revestimentos: item 49 da planilha;
- serviços complementares: item 53 da planilha;
- transporte, carga e descarga: item 59 da planilha.

A exigência de apresentação de atestados para fins de qualificação técnica em licitação, prevista no art. 30, § 1º da Lei nº 8.666/93, tem como finalidade verificar se o licitante possui condições técnicas necessárias e suficientes para cumprir o objeto de forma satisfatória no aspecto técnico e se tem capacidade de desenvolver determinado volume de serviço. Por tratar-se de um certame de grande relevância e que compreenderá diversas atividades específicas entendemos que a comprovação por atestado de 30% dos serviços nos permitirá a contratação de uma empresa realmente capaz de propiciar um bom serviço.

Os atestados revelam a experiência anterior do licitante na execução de objetos similares ao licitado, em características, quantidades e prazos. A lógica que baseia a qualificação técnica envolve uma presunção de capacidade. Comprovado que determinada empresa já realizou um objeto equivalente ao licitado estará se presumido que é “apta” para desenvolver o objeto da licitação.

A empresa licitante deverá apresentar Declaração de quando da assinatura do Contrato terá o profissional técnico permanente ou sob contrato de prestação de serviço sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum, na data da assinatura do contrato, profissional de nível superior detentor de certidões ou atestados, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhada de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA ou CAU, demonstrando sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação.

2.2.3) A empresa licitante deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que quando da assinatura do Contrato, deverá possuir no mínimo os seguintes profissionais:

- a) 01 engenheiro civil ou arquiteto - com experiência em obra viária – com registro no CREA ou CAU e que será o responsável pelo gerenciamento dos serviços;
- b) 01 engenheiro de produção - com experiência – com registro no CREA que será o responsável pela execução dos serviços;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

- c) 02 técnico de segurança – devidamente registrado no órgão competente.
- d) 03 encarregados - para coordenação direta em campo, sendo capaz de compreender os projetos enviados, bem como reconhecer fatores capazes de prejudicar a execução do serviço, entre outros serviços inerentes à função;
- e) 01 escriturário - responsável pelo recebimento e anotação das solicitações e comunicação da SEMTRAN;
- f) 06 ajudantes de serviços gerais;
- g) 02 operadores de retroescavadeira;
- h) 01 operador de rolo compressor.

2.2.3.1. Esta equipe deverá ter agentes substitutos sempre que um de seus elementos não estiver em condições de trabalho, sendo que toda vez que um dos componentes vier a ser julgado, pela fiscalização da SEMTRAN, incapacitado para execução do serviço, seja por condições de apresentação, disciplina ou técnica, deverá o mesmo ser substituído imediatamente.

2.2.3.2. A equipe deverá possuir qualificação e treinamento necessário para o desempenho das suas atribuições, para tanto serão exigidos e deverão ser apresentados quando da assinatura do Contrato a relação nominal do engenheiro, eletricitista e do operador de equipamento de caminhão plataforma elevatória pantográfica e seu auxiliar, e os seus respectivos Certificados de Capacitação NR 10 e NR 35, bem como a identificação dos condutores de veículos, com o Curso de Movimentação de Produtos Perigosos – MOPE, junto com às cópias da Carteira Nacional de Habilitação- CNH e do Certificado de Conclusão de Treinamento em transporte de produtos perigosos.

2.2.3.3. Todos os membros da equipe devem portar crachás de identificação, com foto, nome completo, nome da empresa e a frase “A SERVIÇO DA PMSG”. Todos deverão estar uniformizados, sendo estes uniformes repostos sempre que detectado mal estado de conservação.

2.2.4)A empresa licitante deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que quando da assinatura do Contrato, deverá possuir os seguintes veículos e equipamentos:

- a) 01 un - Veículo utilitário;
- b) 01 un - Compressor de 170 PCM;
- c) 01 un - Caminhão de carroceria fixa;
- d) 02 un - Caminhão basculante de no mínimo 8t;
- e) 02 un - retroescavadeira;
- f) 01 un - Rolo compactador de chapa

2.2.4.1. Quando os veículos e equipamentos anteriormente citados não forem de propriedade da Licitante, esta deverá apresentar cópias autenticadas dos documentos dos mesmos, apresentando ainda declaração formal, especificando TIPO, MARCA, POTÊNCIA, MODELO, CAPACIDADE, quando da assinatura do Contrato, da sua disponibilidade e vinculação ao Contrato, objetivado pela presente Licitação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

2.2.4.2. A Prefeitura Municipal de São Gonçalo, através de sua Secretaria Municipal de Transportes, reserva-se o direito de efetuar as vistorias nos equipamentos e veículos que julgar necessários.

2.2.4.3. Os equipamentos e veículos devem estar aferidos, quando necessários, e em bom estado de uso.

2.3 DO RECEBIMENTO / ACEITE DOS SERVIÇOS

Os serviços e materiais objeto de contratação serão recebidos:

a) Provisoriamente, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, pela fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações;

b) Definitivamente, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, pela fiscalização do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após verificação da conformidade do objeto e consequente aceitação total do objeto.

2.4 SERVIÇOS A EXECUTAR

Por se tratar de informações básicas em nível de anteprojeto, faz-se necessário o prévio levantamento e conhecimento das condições de trânsito dos principais corredores viários do município, sendo previstos para a realização do objeto os seguintes serviços, mão de obra e equipamentos.

Confecção de Travessias Elevadas – A confecção das travessias elevadas para pedestres em pontos críticos de travessia de pedestres e na frente das escolas obedecerá aos critérios já descritos e será confeccionada em concreto no interior e revestida com concreto betuminoso, sendo compactada com rolo compressor de modo a atender todas as exigências contidas no Código de Trânsito Brasileiro.

Está previsto que faremos, inicialmente, um minucioso estudo dos locais onde a travessia de pedestres é mais perigosa, seja por falta de sinalização ou por características das vias. Nestes locais, instalaremos estruturas de travessias elevadas para a travessia de pedestres. Estas estruturas também deverão ser instaladas em frente às escolas, pois além de facilitar a travessia dos alunos, oferece maior conforto para as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Outra grande preocupação da SEMTRAN diz respeito a dar fluidez ao trânsito mesmo em locais de grande movimentação de coletivos e/ou onde as vias de circulação são estreitas e que não permitem a passagem de mais de um veículo por vez na mão de direção. Nestes locais, nos propomos a fazer baias para o embarque e desembarque de passageiros dos transportes coletivos. Assim, ganha o trânsito com uma melhor fluidez e os usuários dos transportes coletivos, que podem fazer um embarque e desembarque mais seguro e tranquilo.

Baias para embarque e desembarque de coletivos – O serviço constitui primeiramente no levantamento dos locais que comportam estas estruturas, ou seja, vias estreitas, mas que tenham uma área de passeio que suporte o estreitamento para montagem da baia. Esta baia será executada em concreto, com meios-fios novos e com ângulo de estrada e saída não inferiores a 45°.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Aplicação de Concreto Asfáltico (CBUQ)

Utilização de equipamentos para compressão

O equipamento para compressão deverá ser de rolo compressor, que deverá ter o peso adequado a necessidades do serviço. O equipamento deverá ser operado em velocidade adequada e suficiente para comprimir a mistura à massa específica aparente requerida, enquanto esta se encontrar em condições de trabalhabilidade.

Caminhões para transporte da mistura

Os caminhões tipo basculante para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão; água, cal e sabão; óleo parafínico ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas.

Transporte da mistura

O concreto asfáltico deverá ser transportado da usina utilizada pela contratada para a obra em caminhões basculantes, sendo que cada carregamento deverá ser coberto com lonas ou similar, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

Espalhamento e compressão

A superfície deverá estar seca, devidamente limpa e com pintura de ligação.

A temperatura ambiente deverá estar acima de 10º C, e o tempo não chuvoso.

A mistura deverá ser espalhada nos locais a serem corrigidos, com espessuras compatíveis com a necessidade, de modo que, após sua compressão, a superfície fique a mesma do pavimento original.

Após espalhamento, e assim que a mistura suporte o peso do rolo, deverá ser iniciada a sua compressão.

A compressão deverá ser iniciada pelas bordas da camada, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Cada passada de rolo deverá ser recoberta na passada seguinte de, pelo menos, a metade da largura comprimida. Em qualquer caso, o rolamento deverá se prolongar até que seja atingida a compactação especificada.

Os compressores deverão operar nas passagens iniciais, de modo que as faixas das juntas transversais ou longitudinais na largura de 0,15 m não sejam comprimidas; depois de espalhada a camada adjacente, a compressão desta deverá estender-se na faixa de 0,15m da camada anterior.

Os compressores deverão operar a uma velocidade de 3,50 km/h a 5,00 km/h.

As rodas dos compressores deverão ser umedecidas com água e untadas com óleo vegetal, de modo a evitar aderência da mistura.

Durante a rolagem não deverão ser permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do rolo sobre o concreto asfáltico recém-rolado.

Abertura ao Trânsito

O concreto betuminoso deverá ser mantido fora de trânsito até atingir a temperatura ambiente (do ar).

Controle de temperatura da mistura deverá ser realizado:

- a) em cada caminhão, antes da descarga;
- b) no momento do espalhamento e no início da rolagem;
- c) a mistura deverá estar entre 106º C a 177º C.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Confecção de Ilhas de Trânsito – A confecção das Ilhas de trânsito visa proporcionar segurança aos motoristas, tanto nos retornos como nas bifurcações de vias, propiciando delineadores bem definidos que canalizem o tráfego com fluidez e garanta agilidade na circulação. Poderão ser executados tanto em pintura como em estruturas de resina de alta resistência.

2.5 MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Todos os materiais necessários à completa execução da obra serão fornecidos pela CONTRATADA, às suas expensas.

Os materiais empregados deverão ser novos e ser submetidos a exame e aprovação da FISCALIZAÇÃO, antes da sua aplicação.

Caberá a FISCALIZAÇÃO impugnar seu emprego, se não atendidas às condições exigidas na presente especificação.

Cada material será caracterizado por uma amostra, convenientemente autenticada pela FISCALIZAÇÃO, e servirá de referencial para aceitação de outros fornecimentos.

Na aquisição, a CONTRATADA dará preferência, em igualdade de condições, a materiais que tenham MARCA DE CONFORMIDADE, de acordo com a ABNT.

Os materiais caracterizados nas especificações pelas suas marcas comerciais, definindo o padrão de qualidade do produto, só poderão ser substituídos por outros que preencham os mesmos padrões, comprovados por ensaios em órgãos idôneos, a critério da FISCALIZAÇÃO.

Os materiais rejeitados pela FISCALIZAÇÃO não deverão ser mais utilizados no restante dos serviços pela CONTRATADA.

Todos os materiais a serem utilizados deverão obedecer às Normas Técnicas da ABNT e do Código de Trânsito Brasileiro, em caso de inexistência destas, ficará a critério da FISCALIZAÇÃO a indicação das Normas ou Especificações a serem cumpridas pelos fornecedores de materiais e equipamentos.

A CONTRATADA será inteira e exclusivamente responsável pelo uso ou emprego de material, equipamento, dispositivo, método ou processo eventualmente patenteado a empregar-se e incorporar-se na obra, cabendo-lhe, pois, pagar os royalties devidos e obter previamente as permissões ou licença de utilização.

A CONTRATADA tomará todas as providências para o perfeito armazenamento e respectivo acondicionamento dos materiais a fim de preservar a sua natureza, evitando a mistura com elementos estranhos e ou danos aos equipamentos mais sensíveis.

2.6 MÃO DE OBRA PREVISTA

2.6.1 A CONTRATADA deverá possuir, no mínimo:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

- a) 01 engenheiro civil ou arquiteto - com experiência em obra viária – com registro no CREA ou CAU e que será o responsável pelo gerenciamento dos serviços;
- b) 01 engenheiro de produção - com experiência – com registro no CREA que será o responsável pela execução dos serviços;
- c) 02 técnico de segurança – devidamente registrado no órgão competente.
- d) 03 encarregados - para coordenação direta em campo, sendo capaz de compreender os projetos enviados, bem como reconhecer fatores capazes de prejudicar a execução do serviço, entre outros serviços inerentes à função;
- e) 01 escriturário - responsável pelo recebimento e anotação das solicitações e comunicação da SEMTRAN;
- f) 06 ajudantes de serviços gerais;
- g) 02 operadores de retroescavadeira;
- h) 01 operador de rolo compressor

Esta equipe deverá ter agentes substitutos sempre que um de seus elementos não estiver em condições de trabalho, sendo que toda vez que um dos componentes vier a ser julgado, pela fiscalização da SEMTRAN, incapacitado para execução do serviço, seja por condições de apresentação, disciplina ou técnica, deverá o mesmo ser substituído imediatamente.

Todos os membros da equipe devem portar crachás de identificação, com foto, nome completo, nome da empresa e a frase “A SERVIÇO DA PMSG”. Todos deverão estar uniformizados, sendo estes uniformes repostos sempre que detectado mal estado de conservação.

2.7 UNIFORMES EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DAS EQUIPES

Os trabalhadores deverão utilizar uniforme básico composto por: Camiseta de malha com o símbolo da prefeitura, boné, blusão, capa de chuva e botas com solado reforçado.

Todos os profissionais envolvidos nos serviços deverão usar coletes tipo tirolês, em material refletivo, leve e de fácil visualização, ficando os custos destes por conta da CONTRATADA.

2.8 VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

- a) 01 un - Veículo utilitário;
- b) 01 un - Compressor de 170 PCM;
- c) 01 un - Caminhão de carroceria fixa;
- d) 02 un - Caminhão basculante de no mínimo 8t;
- e) 02 un - retroescavadeira;
- f) 01 un - Rolo compactador de chapa

Quando os veículos e equipamentos anteriormente citados não forem de propriedade da Licitante, esta deverá apresentar cópias autenticadas dos documentos dos mesmos, apresentando ainda declaração formal, especificando TIPO, MARCA, POTÊNCIA, MODELO, CAPACIDADE, quando da assinatura do Contrato, da sua disponibilidade e vinculação ao Contrato, objetivado pela presente Licitação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

A Prefeitura Municipal de São Gonçalo, através de sua Secretaria Municipal de Transportes, reserva-se o direito de efetuar as vistorias nos equipamentos e veículos que julgar necessários.

Os equipamentos e veículos devem estar aferidos, quando necessários, e em bom estado de uso.

2.9 DA VIGÊNCIA / EXECUÇÃO DO CONTRATO

O prazo previsto para a execução dos serviços é de 10 (dez) meses e o prazo de vigência do contrato de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável, na hipótese e forma que alude o artigo 57, Inciso II da Lei 8.666/93. Os motivos de força maior que possam justificar suspensão da contagem do prazo, somente serão considerados pela SEMTRAN quando apresentados na ocasião das ocorrências anormais. Não será levado em consideração qualquer pedido de suspensão de contagem do prazo ou prorrogação do mesmo, baseado em ocorrências não aceitas pela SEMTRAN nas épocas próprias.

2.10 VALORES E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor previsto para a execução dos serviços está discriminado no orçamento, sendo computados conforme memória de cálculo para os custos operacionais conforme orçamento.

Não é necessária a pesquisa de preços na contratação em tela, tendo em vista a natureza do objeto, pois há no mercado nacional diversas empresas de engenharia para realização de obras e serviços por preço unitário, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação.

Assim, será elaborada pela equipe técnica responsável pelo planejamento da licitação planilha orçamentária acompanhada de sua memória de cálculo onde sejam discriminados os valores unitários estimados de todos os materiais e serviços que serão aplicados na contratação, memorial descritivo e plantas.

Vale ressaltar que a referência da planilha orçamentária baseada na tabela SCO-RIO supre a pesquisa de preços de mercado, conforme Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013 e publicação “Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias públicas – TCU”.

Os serviços serão executados pelo regime de preço unitário, tendo sido considerados os custos baseados na composição da Tabela SCO-RIO referente ao mês disciplinado na planilha orçamentária.

A despesa deverá correr por conta do PT 2051.26.453.2033.2155, ND 3.3.90.39, FONTES 00, 03, 13 e 47.

As medições serão mensais e o faturamento proporcional ao serviço executado, devendo ser apresentadas Notas de Serviço, materiais e equipamentos devidamente atestados pela FISCALIZAÇÃO.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**

Os pagamentos serão realizados no trigésimo dia após a apresentação da fatura no protocolo da SEMTRAN.

2.11 DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, PRORROGAÇÕES E REAJUSTES

O contrato a ser firmado terá a vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses em sua totalidade, a critério da Administração, na forma do Art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93.

A prorrogação deverá ser sempre precedida de pesquisa para verificar se as condições oferecidas pela licitante vencedora continuam vantajosas para o CONTRATANTE.

Os preços poderão ser reajustados, mediante requerimento da CONTRATADA, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro que vier a substituí-lo, observado o intervalo não inferior a 12 (doze) meses a contar da data do orçamento ao qual a proposta se referir.

Caberá à CONTRATADA a iniciativa e o encargo da apresentação da memória de cálculo do reajuste a ser pleiteado, cuja aprovação do percentual de reajuste deverá ser negociado e aprovado pelo CONTRATANTE.

A periodicidade do reajustamento será anual, a contar da data do orçamento ao qual a proposta se referir.

Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

A omissão da CONTRATADA quanto ao seu direito de pleitear o reajuste, não será aceita como justificativa para o pedido de correção anual de preço com efeito retroativo à data a que legalmente faria jus, se não o fizer dentro do primeiro mês do aniversário deste instrumento, arcando esta, portanto, por sua própria inércia.

2.12 IMPACTOS AMBIENTAIS

A necessidade de Licença Ambiental conforme dispõem as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 001/1986 e nº 237/1997 e da Lei nº 6.938/1981, deverá ser providenciada pela contratada junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e/ou aos demais órgão ambientais, caso sejam necessárias.

Os serviços tais como escavação, escoramento, esgotamento de valas, poços de visita, reaterro, pavimentação etc, seguirão as determinações constantes no Projeto Básico.

A contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT.

2.13 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A empresa CONTRATADA obriga-se a:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o produto com avarias ou defeitos;

Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Projeto Básico;

Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

A contratada deverá manter disponível, como responsável técnico, um profissional habilitado pelo CREA ou CAU, que tenha experiência de execução dos serviços a serem executados.

2.14 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

São obrigações do CONTRATANTE:

Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.

Rejeitar, no todo ou em parte, o material a ser entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo CONTRATADO.

Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

Notificar, por escrito, à CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas no produto.

2.15 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

A licitante vencedora deverá prestar garantia de 1% (um por cento) do valor total do Contrato a ser prestada no ato da assinatura, em uma das modalidades previstas no artigo 56, § 1º,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

da Lei Federal nº 8.666/93. Seus reforços poderão ser igualmente prestados nas modalidades previstas no § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93. Caso a licitante vencedora escolha a modalidade seguro-garantia, esta deverá incluir a cobertura de multas eventualmente aplicadas.

A função deste instrumento é de garantir que se cumpram as obrigações estipuladas no contrato, dando proteção contra o não cumprimento de cláusulas relacionadas a serviços, fornecimento de recursos e outras situações.

3 MEMORIAL DESCRITIVO E MÉTODOS CONSTRUTIVOS

3.1 CONDIÇÕES GERAIS

Preliminares

Este memorial faz parte de um conjunto de definições, em métodos de construção, descritivo do projeto, especificações de serviços, materiais e equipamentos a serem aplicados nos serviços, ratificados nas normas, especificações técnicas e métodos brasileiros aprovados, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB, bem como aquelas exigidas ou recomendadas pelas empresas concessionárias de serviços públicos.

Todos os serviços executados seguirão rigorosamente os projetos, especificações e planilhas orçamentárias - não podendo ser inserida qualquer modificação sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO.

Serviços

Nada havendo em contrário, a CONTRATADA iniciará os serviços sete dias após o recebimento da ordem escrita de início. Contudo, se a CONTRATADA, por qualquer motivo der início às tarefas antes do recebimento daquele documento, o fará por conta própria, responsabilidade e risco, ficando, ainda, sujeita a todas as suas obrigações e demais responsabilidades, como se recebido tivesse a referida ordem, feita exceção para a contagem do prazo, que será em função da data da recepção daquele documento.

Os serviços serão fiscalizados por intermédio de servidores devidamente habilitados, e respectivos auxiliares, elementos esses doravante indicados pelo nome FISCALIZAÇÃO.

Antes de qualquer operação referente aos serviços, deverão estar reunidos e organizados em perfeita ordem, no local de trabalho os meios (pessoal, materiais, equipamentos, acessórios, utensílios, ferramentas e reservas) aptos, necessários e suficientes para garantir a boa execução de qualquer serviço e a sua continuidade, a fim de que, uma vez iniciado, possa prosseguir até a sua conclusão, dentro da melhor técnica e sem interrupção. Estas providências serão estendidas também às atividades complementares à execução dos serviços.

A FISCALIZAÇÃO terá plena autoridade para suspender por meios amigáveis ou não, os serviços, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente por motivos técnicos, de segurança, disciplinares ou outros. Neste caso, os serviços só poderão ser reiniciados por nova ordem da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA deverá aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação, controle, ensaio e medição adotados pela FISCALIZAÇÃO em todo e qualquer



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

serviço e operação.

Imediatamente após o início dos serviços, a CONTRATADA deverá executar os trabalhos e conduzi-los de forma contínua e regular, dentro do cronograma estabelecido.

Quando, por necessidade do serviço, a FISCALIZAÇÃO julgar imperioso aumentar o expediente diurno além de 8 horas, este poderá ser ampliado, devendo a CONTRATADA fixar os novos horários de trabalho com seus respectivos intervalos e o número de turnos de pessoal, correndo por conta exclusiva da CONTRATADA os ônus, acréscimos de despesas ou eventuais prejuízos disso decorrente.

Caberá, em qualquer caso, à CONTRATADA, solicitar permissão às autoridades competentes para a realização de trabalhos noturnos ou em horários especiais.

Os trabalhos que forem rejeitados pela FISCALIZAÇÃO deverão ser refeitos pela CONTRATADA sem ônus para a PMSG. Qualquer trabalho, além do especificado no Contrato, executado pela CONTRATADA sem autorização da FISCALIZAÇÃO, não será pago pela PMSG.

O pagamento de licenças, taxas, impostos, emolumentos, multas e demais tributos que incidem ou venham a incidir sobre os serviços e o pessoal dela incumbido, nisso incluídos os encargos sociais, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

Ficam reservados à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou não previsto no Contrato e em tudo o mais que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar direta ou indiretamente, com os serviços em questão. Em caso de dúvida, a FISCALIZAÇÃO submeterá o assunto à instância superior.

A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne às obras e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o Contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

Cabe a CONTRATADA total responsabilidade na execução dos serviços contratados, provisão de materiais e equipamentos, equipamentos de segurança, uniformes e condições de limpeza e organização da obra, provendo os meios necessários para que todos os serviços sejam executados rigorosamente em concordância com o disposto nos Croquis, nas Especificações Técnicas, nas Normas e Métodos pertinentes da ABNT e CTB e dentro dos prazos e demais condições contratuais estabelecidas.

Para garantia da qualidade dos materiais a serem empregados no serviço, prevê-se acompanhamento “in loco” pela FISCALIZAÇÃO durante o processo de produção do material adquirido. Este profissional terá total poder para efetuar paralisação da obra, coletar e recusar materiais, de forma a cumprir todas as exigências do contrato.

Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, por qualquer elemento da CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimentos das cláusulas e condições destas Especificações e do Contrato, bem como de tudo que estiver contido nos Projetos, nas Normas, Especificações e Métodos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

A CONTRATADA deverá permanentemente prover dos meios, à disposição da FISCALIZAÇÃO, necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados, bem como a inspeção dos materiais e dos equipamentos, independentemente das inspeções e medições para efeito de faturamento e, ainda, independentemente do estado dos serviços e do local de trabalho.

No caso de ser concedida autorização para sub-CONTRATADA(s), a CONTRATADA continuará sendo a única, exclusiva e integral responsável pelas obras e pelos serviços sub-empregados e pelas suas consequências como se a(s) sub-CONTRATADA(s) não existisse(m).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Qualquer sub-CONTRATADA de serviços especializados deverá ser previamente aceita pela FISCALIZAÇÃO à qual será dirigido o pedido de consentimento, acompanhado do nome da sub-CONTRATADA e da relação dos serviços a serem executados.

A CONTRATADA deverá notificar à FISCALIZAÇÃO, por escrito, quaisquer condições significativamente diferentes das indicadas nos projetos ou que possam vir a alterar os prazos executivos, quantidade e qualidade dos serviços e obras controlados, antes que tais condições sejam alteradas.

A CONTRATADA designará o profissional encarregado da direção dos serviços contratados e ser substituído, na ausência do titular. A substituição de qualquer dos profissionais será imediatamente comunicada pela CONTRATADA à FISCALIZAÇÃO. E este poderá exigir a presença do profissional qualificado sempre que julgar necessário.

A FISCALIZAÇÃO poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela CONTRATADA providências suplementares necessárias à segurança e ao bom andamento dos serviços.

De acordo com as necessidades da FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá facilitar as atividades de outros empreiteiros que venham a prestar serviços no local das intervenções.

A CONTRATADA deverá evitar danos à arborização, mobiliário urbano e demais instalações existentes na via pública quando da execução dos serviços, exceção feita àquelas previstas em projeto ou expressamente autorizadas pelo contrato.

A CONTRATADA deverá reparar quaisquer danos ou prejuízos causados às concessionárias de serviços públicos, bens públicos ou de terceiros, acidentes pessoais com funcionários ou terceiros.

A CONTRATADA será responsabilizada pelo mau uso ou uso indevido de viaturas, equipamentos ou uniformes que contenham identificação da PMSG, sendo o mesmo considerado como falta grave, passível das punições previstas.

Todos os serviços devem ser executados com a indispensável cautela e a correta utilização dos cones, dispositivos luminosos, e demais equipamentos de segurança.

A CONTRATADA deverá conservar consigo uma cópia das especificações, dos croquis e do cronograma da obra assinalando as etapas cumpridas e a cumprir no andamento dos serviços, sempre à disposição da FISCALIZAÇÃO, bem como manterá o acompanhamento dos serviços um representante seu devidamente credenciado que facilitará o acesso da FISCALIZAÇÃO a qualquer momento.

A FISCALIZAÇÃO registrará em Diário de Obra (folhas numeradas e em três vias) as ordens, reclamações, advertências e indicações técnicas, das quais a CONTRATADA se obriga a cumprir, independentemente de qualquer comunicação oficial.

3.2 SEGURANÇA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Na execução dos trabalhos, deverá haver plena proteção contra riscos de acidentes com o pessoal da CONTRATADA e com terceiros, independentemente da transferência daqueles riscos a Companhias ou Institutos seguradores. Para isso, a CONTRATADA deverá cumprir fielmente o estabelecido na legislação nacional no que concerne à segurança (nesta cláusula incluída a higiene do trabalho), bem como, obedecer a todas as normas, a critério da FISCALIZAÇÃO, apropriadas e específicas para a segurança de cada tipo de serviço, sendo a única responsável pela segurança, guarda e conservação de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios e ainda pela proteção destes.

Para início de quaisquer serviços a sinalização de segurança da CONTRATADA deverá ser



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

acionada (cones, cavaletes, dispositivos refletivos e piscantes, etc.) de acordo com o C.T.B. - Normas de Sinalização de Obras e Vias Públicas, constantes da Resolução no 561/80 do CONTRAN.

Caso haja quaisquer anormalidades observadas pela CONTRATADA que impossibilitem a execução da sinalização e em desacordo com o projeto, face à qualidade do piso, geometria local ou outro fator, a SEMTRAN deverá ser comunicada imediatamente para as providências necessárias.

Em caso de acidente na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá: a) prestar todo e qualquer socorro imediato às vítimas; b) paralisar imediatamente o serviço, a fim de evitar a possibilidade de mudanças das circunstâncias relacionadas com o acidente; c) solicitar imediatamente o comparecimento da FISCALIZAÇÃO no lugar da ocorrência, relatando o fato.

3.3 SERVIÇOS PRELIMINARES

A qualquer momento, e, referente a cada um dos materiais mencionados nas especificações (orçamento, escopo, projeto ou outro elemento técnico), a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar, à CONTRATADA, ensaios, definidos pelas normas ABNT, que caracterizam a qualidade do produto ou serviço a ser utilizado na obra.

3.4 FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS

Para execução dos serviços a CONTRATADA fornecerá todas as ferramentas (serras, chaves, alicates, etc.) e equipamentos necessários.

Todo o equipamento deverá sofrer manutenção constante a fim de garantir o bom funcionamento e segurança do mesmo.

3.5 TRANSPORTES HORIZONTAIS

Ficam a cargo da CONTRATADA as despesas com os transportes decorrentes da execução dos serviços, ou seja, todos os equipamentos, materiais e equipes de trabalhos serão transportados de acordo com as normas da ABTN, para o local de realização do serviço.

Após a execução do serviço o local deverá ser limpo, sem deixar qualquer equipamento danificado ou material de sobra abandonado.

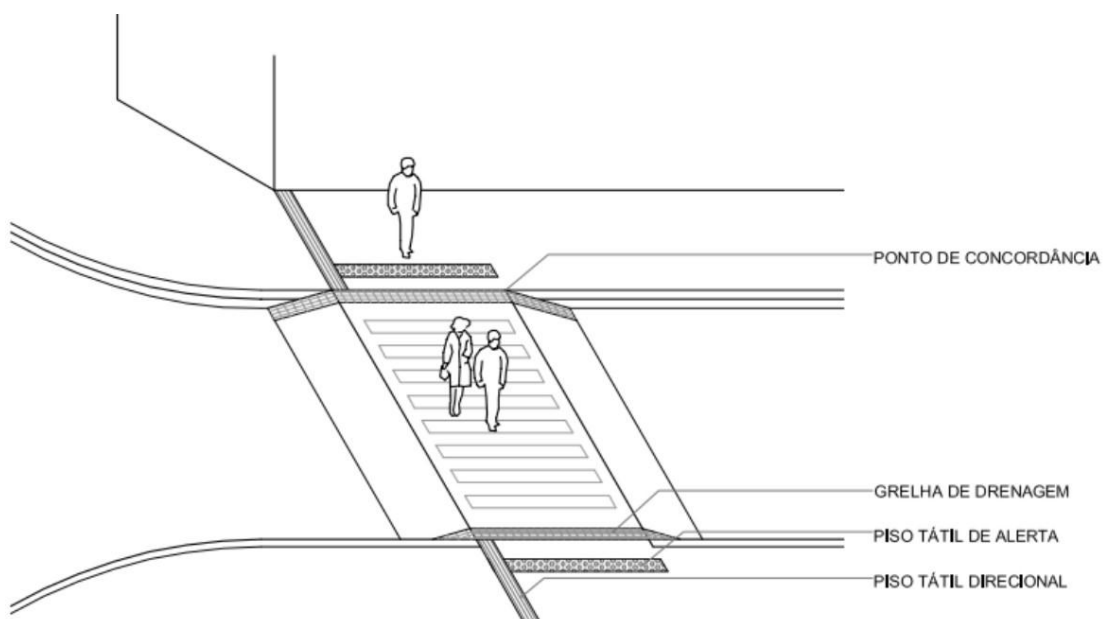
3.6 LIMPEZA E SERVIÇOS FINAIS

O local dos serviços deverá ser limpo e ordenado, sendo removidos os entulhos, os equipamentos danificados e os restos de materiais.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

TRAVESSIA ELEVADA



PERSPECTIVA





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

BAIA DE ÔNIBUS

